

PROBLEMÁTICA AMBIENTAL NA AGRICULTURA, UMA NOÇÃO EM DISPUTA NO CAMPO TECNOCIENTÍFICO

Vanessa Pfeifer Coelho¹

Jalcione Almeida²

Resumo

A dimensão de conflito relacionada à problemática ambiental, enquanto um problema social, é o elemento instigador do exercício de pesquisa apresentado. Dotada de uma flexibilidade na formulação e estabelecimento de possíveis contornos e de uma inegável presença e relevância no cenário contemporâneo, a disputa pela definição legítima da problemática ambiental instala-se em distintos campos sociais. Esta disputa, por uma caracterização legítima da problemática ambiental, é utilizada como a “porta-de-entrada”, através da qual objetiva-se uma aproximação com a dinâmica de disputa particular do campo tecnocientífico, vinculado às “ciências rurais” e delimitado pelo recorte estadual do Rio Grande do Sul. Com tal intuito, foram entrevistados mediadores técnicos gaúchos vinculados às instituições de pesquisa, ensino e extensão consideradas de relevância no cenário. A polaridade principal, observada no campo tecnocientífico gaúcho, estabelece-se entre os agentes, dominantes no campo, simpatizantes do modelo de modernização da agricultura e, no pólo oposto, os dominados, partidários da agroecologia. A problemática ambiental é percebida, do lado dos dominantes, sob o ponto de vista dos impactos no meio físico, estes passíveis de serem contornados através de técnicas de menor impacto ambiental e cientificamente embasadas. Já, por parte dos dominados, ressalta-se o elo entre a problemática ambiental e um modelo de modernização da agricultura reconhecido, pelos agentes em questão, como insustentável. A disputa prossegue em um jogo de estratégias em constante interação, tendo por objetivo circunscrever aos domínios de cada grupo as abordagens particulares da problemática ambiental e, em decorrência, a tentativa de dotá-las de autoridade/legitimidade no campo tecnocientífico.

Apresentação

A possibilidade contemporânea de pensar o meio ambiente através de uma problemática ambiental se constitui no elemento norteador do exercício de pesquisa apresentado na seqüência³. Destacadamente, a percepção do meio ambiente como um “problema social”, dotado, portanto, de uma incontestável dimensão de conflito, na qual se vislumbra a coexistência de um caráter universal e de contextualizações bastante particularizadas, possibilita referências a uma problemática ambiental. Explorar a citada dimensão de conflito, dentro das fronteiras da tecnociência, no cenário da agricultura gaúcha, é a proposição central a ser desenvolvida no presente artigo.

¹ Agrônoma, mestre em Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Endereço para correspondência: Landel de Moura, 2696. 91920-150. Porto Alegre/RS. E-mail: vanpc@terra.com.br.

² Professor adjunto e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) e da Faculdade de Agronomia, ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Endereço para correspondência: PGDR/UFRGS – Av. João Pessoa, 31. 90040-000. Porto Alegre/RS. Fone/Fax: 0XX51-33163281. E-mail: jal@vortex.ufrgs.br.

³ Problemática ambiental, questão ambiental, questão do meio ambiente são expressões que coexistem na literatura. Neste trabalho, optou-se pela utilização da primeira.

Balizando-se pela abordagem da problemática ambiental como um problema social, pretende-se apresentar os grandes esquemas discursivos perceptíveis na tecnociência na agricultura do Rio Grande do Sul, através do discurso de mediadores técnicos, destacando-se sua estrutura. Concomitantemente, busca-se desvelar o constante diálogo existente entre posições antagônicas, ressaltando, assim, a mútua influência entre estes. Por intermédio da revelação de tais esquemas discursivos, pretende-se apresentar uma problemática ambiental envolvida em disputas, tanto em torno de uma possível definição legítima desta, quanto conectada a objetos outros em disputa no espaço social delimitado.

Com tais proposições, o artigo apresentado está subdividido em quatro momentos. O primeiro é dedicado ao estabelecimento do elo problemática ambiental-problema social e ao estabelecimento do recorte utilizado na pesquisa. Na sequência, reservam-se considerações metodológicas. A etapa seguinte constitui-se no desvelamento dos esquemas discursivos e da dimensão de conflito envolvida. Ao final, uma tentativa de possíveis conclusões.

Problemática ambiental, um problema social

Visando contemplar uma problemática ambiental dotada da habilidade de ressaltar a dimensão de conflito envolvida, busca-se uma aproximação com uma particular abordagem da noção de “problema social”. Hilgartner e Bosk (1988) e Fucks (2000) em referências a um “problema social” destacam a necessidade de extrapolar as delimitações de sua natureza objetiva. Tal abordagem é particularizada pela rejeição da teoria de que os “problemas sociais” configuram condições objetivas e passíveis de identificação e, conseqüentemente, de que sejam dotados de efeitos prejudiciais. De forma complementar, exaltar os chamados efeitos prejudiciais decorre, em uma abordagem centrada na natureza objetiva, do estabelecimento de uma relação direta e exclusiva entre estes e a visibilidade e disseminação dos “problemas sociais”. A proposição alternativa, ao explorar as interações entre assuntos em busca de sua configuração como um “problema social”, ou mesmo entre distintas definições de um determinado problema, agrega à natureza objetiva uma significativa parcela de dinâmica social que impulsiona o processo de construção e definição dos “problemas sociais”. Dessa forma, um problema social é o *status* adquirido por um assunto específico devido à sua disseminação em um espaço social, disseminação esta atrelada à dinâmica social envolvida, e não exclusivamente às suas condições objetivas.

A dimensão de conflito correlacionada a tal perspectiva configura-se, no trabalho de Hilgartner e Bosk (1988), através da competição entre distintos assuntos por sua consagração e manutenção como um problema social. Dessa forma, determinados assuntos tornam-se problemas sociais ao disseminarem-se pelo espaço

social impulsionados por uma trama de interações. Por sua vez, Fucks (2000) ao abordar o processo de definição coletiva dos problemas sociais, ressalta a dimensão de disputa entre distintas construções dos mesmos. A configuração de tal disputa se reforça através do destaque, dado pelo autor, aos chamados “elementos-chaves”, representados pela caracterização dos temas e públicos relevantes e pela solução proposta para os diferentes problemas sociais (Fucks, 2000:12). Vislumbra-se o *locus* de interesse na busca pelo viés de conflito atrelado aos problemas sociais: a disputa na qual estão envolvidos assuntos em busca de sua consagração como um problema social e, posteriormente, as distintas definições do último.

O processo de definição coletiva dos problemas sociais associado à abordagem acima apresentada, faz-se acompanhar de uma constante interação entre distintos problemas. Dessa forma, tal interação ganha destaque na referida definição, tornando a própria configuração de um determinado problema social dependente de sua relação com outros problemas sociais. Em um processo competitivo, interações positivas, negativas, ou mesmo nulas podem ser contempladas, tornando-se possível desnudar a dimensão de conflito, ou mesmo cooperação e indiferença entre distintos problemas sociais.

Portanto, enquadrar a problemática ambiental na noção de problema social implica em reconhecer a interação entre esta e outros problemas sociais, bem como considerar o processo de definição da mesma atrelado a uma constante competição em busca da legitimação de uma construção específica. Novamente, para o presente exercício de pesquisa, deve-se ressaltar a possibilidade de se vislumbrar uma dimensão de conflito em tais interações.

Segundo a interessante perspectiva apresentada por Fucks (1998), a dinâmica social da definição do meio ambiente, enquanto problema social, é regida por tensões e articulações entre o caráter universal e a particularidade de construções contextualizadas do mesmo. Dessa forma, a inevitável convivência entre o chamado caráter “universal” e as peculiaridades locais contextualizadas contribuem, igualmente, para a caracterização de uma problemática ambiental. No desenrolar deste trabalho, a problemática ambiental passará a ser vislumbrada através da convivência entre seu caráter universal e particular e sua dimensão objetiva e subjetiva, socialmente construída. Tais peculiaridades possibilitam visualizar a problemática ambiental como um elemento em disputa em um espaço social, onde distintos espaços de disputas esforçam-se para a promoção legítima, dotada de autoridade, de suas definições específicas. Afunilando-se, esta é uma disputa interiorizada nos distintos espaços sociais, refletindo, em suas áreas limítrofes, o conflito mais amplo.

O campo tecnocientífico na agricultura gaúcha

Partindo-se de uma problemática ambiental abordada sob a ótica específica de problema social apresentada, delimita-se como espaço social de interesse a tecnociência na agricultura gaúcha. Caracterizando-se o referido espaço por uma disputa centrada na busca pela autoridade tecnocientífica, ao se utilizar a problemática ambiental como objeto condutor da análise, o conflito em torno da mesma estará correlacionado à disputa central do espaço social delimitado. Assim, o interesse em explorar os esquemas discursivos passíveis de distinção na tecnociência na agricultura neste espaço empírico, conduz a um grupo específico de agentes sociais, os mediadores técnicos envolvidos, igualmente, em disputas pertinentes à busca pela legitimidade/autoridade tecnocientífica.

É sob essa ótica que se deve destacar a particularidade do caso gaúcho, percebida por ocasião da realização das entrevistas que subsidiam a presente pesquisa, através da consolidação da agroecologia como política pública. Incorporada à chamada missão da Emater/RS⁴, a orientação por uma abordagem agroecológica passou a integrar, igualmente, os objetivos da Fepagro⁵. Tal panorama deriva-se da ascensão política da “Frente Popular” (Coligação PT, PSB, PPS PCdoB) ao governo estadual no ano de 1999. Neste panorama, espaços tradicionalmente ocupados por agentes vinculados ao modelo de modernização da agricultura passaram a ser preenchidos por partidários da agroecologia. A visibilidade destes últimos agentes aumenta no conjunto das instituições estatais. A efervescência gerada possibilita a configuração de um panorama inicial do espaço social delimitado, a tecnociência na agricultura gaúcha, o qual apresenta como principais pólos, em uma disputa pela legitimidade tecnocientífica, grupos de agentes vinculados, de um lado, ao modelo de modernização da agricultura, e, do outro, a agroecologia. A referida polaridade norteou a seleção de agentes, portadores de discursos representativos, em busca dos grandes esquemas discursivos desenvolvidos em torno da flexível problemática ambiental.

O exercício discursivo de mediadores técnicos: selecionando um substrato analítico

Visando uma aproximação com os esquemas discursivos envolvidos com a disputa por uma definição legítima da problemática ambiental, e, conseqüentemente, com a utilização desta em conflitos outros, selecionaram-se, com o intuito de explorar os exercícios discursivos, agentes vinculados à tecnociência. Assim, partindo-se das atividades de pesquisa, extensão, ensino e de representação de agricultores no cenário da

⁴ Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

⁵ Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária.

agricultura do Rio Grande do Sul, selecionaram-se instituições e organizações consideradas de visibilidade, relevância e destaque. Para tanto, percepções pessoais foram adicionadas ao auxílio proporcionado por informantes qualificados⁶. Desta forma, acredita-se ter estruturado um interessante e satisfatório leque institucional como ponto de partida⁷:

- **Grupo Pesquisa** – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Trigo e Embrapa Clima Temperado); Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (Fepagro); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Faculdade de Agronomia; Universidade Federal de Pelotas (UFPEl) – Faculdade de Agronomia; Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Centro de Ciências Rurais;
- **Grupo Ensino** - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Faculdade de Agronomia; Universidade Federal de Pelotas (UFPEl) – Faculdade de Agronomia; Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Centro de Ciências Rurais;
- **Grupo Extensão** – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater -RS);
- **Grupo Organizações Não-Governamentais**⁸: Centro Ecológico Ipê (CE-Ipê); Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP);
- **Grupo Representação de Agricultores** – Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag); Movimento dos Sem Terra (MST); Central Única dos Trabalhadores (CUT/Rural); Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul).

Por sua vez, dentro de cada instituição/organização objetivou-se abarcar discursos distintos e, mais uma vez, de visibilidade e relevância. Selecionaram-se, portanto, agentes passíveis de caracterizar posicionamentos em relação ao eixo central de investigação: problemática ambiental ↔ agricultura ↔ tecnociência. Para tal seleção intra-institucional recorreu-se, novamente, ao auxílio de informantes qualificados, buscando-se obter um panorama interno. Adicionalmente, do contato com os agentes pré-selecionados pelo

⁶ O artifício de recorrer aos “Informantes Qualificados” mostrou-se uma constante nas etapas de seleção de instituições e agentes, bem como na coleta de dados. Inicialmente, para delimitação e confirmação das instituições, buscaram-se agentes pertencentes à tecnociência vinculados tanto ao modelo de modernização agrícola, uma perspectiva convencional, quanto às proposições diferenciadas deste.

⁷ A distinção entre as referidas instâncias se fez através de uma construção inicial baseada na percepção pessoal e de informantes qualificados. Em um segundo momento, buscou-se o auto-reconhecimento (ou não) dos agentes como pertencentes a determinado grupo.

⁸ Para fins práticos, na seqüência, quando da necessidade de apresentar citações de agentes envolvidos em tal grupo, se utilizará a denominação “extensionista”. No entanto, para os mesmos, esta deve ser relativizada, extrapolando as fronteiras de uma concepção clássica da “extensão”, ou seja, a de uma instância basicamente vinculada à difusão de tecnologias. Da ausência de uma outra caracterização, prossegue-se com tal denominação.

auxílio dos informantes, realizou-se a confirmação e/ou complementação do cenário delineado. Detectados tais agentes “porta-vozes”, constituintes de uma amostragem final de 30 entrevistas – aqui excluídas as ditas entrevistas-teste –, acredita-se ter obtido informações suficientes, contemplando os posicionamentos de destaque no interior de cada instituição/organização e, decorrentemente, na tecnociência na agricultura gaúcha.

Com o intuito de aproximar-se dos distintos discursos, elaborou-se um roteiro de entrevistas. De um protótipo inicial até o refinamento e consagração do dito roteiro, realizaram-se oito entrevistas-teste durante o mês de abril de 2000. Da fase-teste configurou-se um roteiro de entrevista estruturado com base em dois blocos condutores: problemática ambiental e agricultura e ciência. A etapa de coleta de dados estendeu-se entre os meses de maio e dezembro de 2000.

De posse do material bruto, entrevistas gravadas resultantes da aplicação do roteiro, e concomitantemente à “garimpagem” do mesmo, iniciou-se o processo de sistematização. Cada entrevista foi fidedignamente transcrita, do que resulta sua posterior utilização em citações igualmente fiéis⁹. A etapa de sistematização, para o caso específico, constituiu-se, adicionalmente ao processamento inicial representado pela transcrição das entrevistas gravadas, em duas tentativas de recorte do material disponível através da construção de tabelas. Estas objetivavam uma maior aproximação do material utilizado, buscando destacar ou revelar a dimensão de conflito e as estruturas discursivas constituintes dos esquemas discursivos desvelados.

Explorando os esquemas discursivos

A dinâmica do campo de disputas, tendo por eixo condutor da análise a problemática ambiental no Rio Grande do Sul é o objeto a ser, por ora, pretensamente explorado. Pretende-se ressaltar a disputa em torno da problemática ambiental no campo tecnocientífico, bem como elementos outros, igualmente em disputa, que afloram no decorrer do exercício analítico.

Tendo como ponto de partida o inegável reconhecimento da faceta física da problemática ambiental, passa-se a distinguir dois grandes posicionamentos. Quando induzidos à reflexão em torno da problemática ambiental, um primeiro grupo de agentes utiliza-se dos impactos físicos no ambiente como eixo condutor de seus discursos e argumentos posteriores. Por sua vez, reconhecendo a magnitude dos aspectos físicos, um segundo grupo os transforma em um trampolim, possibilitando usá-los como impulsionadores da formulação de ponderações tangentes ao modelo de desenvolvimento. A distinção, então estabelecida, “impactos no meio

⁹ Alguns vícios de linguagem foram retirados com o intuito de facilitar a leitura, permanecendo as citações apresentadas na seqüência como a fiel reprodução das falas dos agentes.

físico” e “reflexos de um modelo de desenvolvimento” inaugura, muito propriamente, o espectro argumentativo que se desenvolverá ao longo da ampla denominação “problemática ambiental” entre os mediadores técnicos gaúchos.

Passando a interação problemática ambiental e agricultura a ser o foco dissertativo dos mediadores entrevistados, o ressaltar dos impactos em uma materialidade física, poderia, a princípio, exaltar uma certa concordância entre os agentes entrevistados: os rumos que a agricultura seguiu, nas últimas décadas, desencadearam processos que resultaram em uma degradação ambiental. No entanto, tal percepção se faz sentir de forma polarizada através da caracterização dos impactos como conseqüências devido ao “**mau uso da técnica**” ou da referência direta à sua decorrência de um “**modelo de agricultura**”¹⁰. Os representantes do “**mau uso da técnica**” apresentam uma proposição centrada em uma “realidade bem fria”, relativa aos impactos no meio físico, a qual é passível de ser contornada pela utilização de técnicas de baixo impacto ambiental. Por sua vez, os agentes do “**modelo de agricultura**” partem ressaltando o elo entre a problemática ambiental e o modelo de modernização da agricultura, sendo a primeira uma decorrência do segundo. Figura, ainda, nos esquemas discursivos dos agentes do “**mau uso da técnica**” a necessidade de uma orientação produtivista, a qual deve fazer-se valer de técnicas de menor impacto ambiental para contornar possíveis derivações no meio físico. Já o “**modelo de agricultura**” utiliza a problemática ambiental para condenar um modelo produtivista, representado pela modernização da agricultura, ou seja, uma orientação produtivista, característica do modelo de modernização, estaria vinculada à problemática ambiental. A questão em jogo, portanto, desde já, não é a problemática ambiental em si, mas, sim, como utilizá-la no fortalecimento ou no desmerecimento de um determinado modelo – o da modernização da agricultura.

Em um segundo momento, tendo como eixo discursivo a ciência, o grupo de agentes vinculados ao “**mau uso da técnica**” abraça-se fortemente a uma ciência neutra e promotora da verdade, a qual propicia o selo “produto científico” às técnicas de menor impacto ambiental, possibilitando, dessa forma, a seqüência de um modelo produtivista. Através da ciência, a “boa ciência”, torna-se possível, para tais agentes, conciliar preservação e produção. No pólo antagonico, “**modelo de agricultura**” esforçam-se para contestar a neutralidade científica. Apresentam a proposta agroecológica como uma proposição científica capaz de propiciar uma produção de qualidade e em quantidade, ressaltando a cientificidade de sua proposição. Por

¹⁰ Na seqüência “mau uso da técnica” e “modelo de agricultura” passam a denominar os dois grandes esquemas discursivos encontrados no campo tecnocientífico gaúcho.

outro lado, aproveitam o questionamento da neutralidade científica para tecer críticas a uma orientação produtivista. Assim, o “**mau uso da técnica**” esforça-se por resguardar suas proposições das críticas, delimitando o espaço legítimo à ciência, à “boa ciência”, ou seja, aos seus domínios no campo tecnocientífico. Seus opositores utilizam suas considerações a respeito da neutralidade científica como forma de atingir o modelo de modernização, bem como de promover a ascensão da proposta agroecológica.

A agroecologia passa a conduzir, agora, as enunciações discursivas dos mediadores técnicos. Novamente, o “**mau uso da técnica**” empenha-se em restringir a agroecologia aos seus domínios, utilizando-se de um necessário embasamento na “boa-ciência”. Adicionalmente, estes agentes estabelecem o vínculo direto entre a agroecologia e uma substituição de insumos, destacando a necessidade de uma validação de tecnologias, tentando, portanto, consagrar seu domínio sobre a mesma, o que deriva na conservação de sua autoridade/legitimidade no campo tecnocientífico. Resumida a uma substituição de insumos, circunscrita aos domínios dos agentes do “**mau uso da técnica**”, a agroecologia não é uma proposição dotada de capacidade para impulsionar críticas em direção ao modelo de modernização. Pelo contrário, segundo os agentes do “**mau uso da técnica**”, logo, quando a “boa ciência” estiver por trás dos princípios agroecológicos, a agroecologia se enquadrará e reforçará o modelo.

O “**modelo de agricultura**” levanta a bandeira da agroecologia ressaltando sua cientificidade e seu caráter ambientalmente correto. Busca o não desmerecimento de sua proposta, afinal, para os agentes em questão, a agroecologia integra uma proposição diferenciada para um modelo de agricultura. A promoção/legitimação da proposta agroecológica assume, assim, a faceta de uma das possíveis estratégias de subversão do campo tecnocientífico pelos agentes dominados. Estes agentes opõem-se, ainda, à idéia de resumir a agroecologia a uma substituição de insumos. A agroecologia surge, portanto, na disputa como uma das proposições passíveis de integrar uma concepção distinta de modelo de agricultura, bem como de impulsionar oscilações no jogo de forças do campo tecnocientífico. Disso deriva-se a necessidade de apropriação/cooptação da mesma por parte do “**mau uso da técnica**”, bem como da consagração de sua legitimidade no campo de disputas, trabalhada pelo “**modelo de agricultura**”.

Refletir sobre as instâncias pesquisa e extensão é o passo seguinte. Estabelecer o recorte pesquisa – extensão é uma interessante estratégia utilizada pelo “**mau uso da técnica**” para reforçar os limites do espaço de ação de determinados agentes e instituições no campo. Para estes agentes, a primeira instância, a pesquisa, ocupa lugar de destaque em uma hierarquia. À extensão cabe um espaço mais restrito no campo

tecnocinético, o que incorre na depreciação da proposta agroecológica, visto ser esta uma proposição encabeçada pela Emater (empresa estadual de extensão rural). Adicionalmente, torna-se possível designar à extensão, o “elo fraco da cadeia”, uma maior parcela de envolvimento com a degradação ambiental. O modelo de modernização encontra-se, novamente, protegido. Afinal, a problemática ambiental teria sua origem em um “mau uso da técnica” atrelado à extensão. Para o “**modelo de agricultura**” é hora de destacar a relação entre a existência de tais recortes, a pesquisa e a extensão, um modelo produtivista e, conseqüentemente, a degradação ambiental. Adicionalmente, nesta relativização dos papéis da pesquisa e da extensão, o “**modelo de agricultura**” tenta reafirmar a agroecologia. Novamente, a disputa situa-se entre o resguardar de um modelo produtivista e a tentativa de afirmação de uma proposição vinculada a um modelo diferenciado.

Finalmente, ao referenciar a agroecologia como uma proposta político-ideológica, “**mau uso da técnica**” tenta, definitivamente, desprovê-la do embasamento propiciado pela “boa ciência” e, conseqüentemente, da “segurança” necessária. É o desmerecimento da proposta agroecológica em sua faceta de política pública estatal. Indo contra a passividade, “**modelo de agricultura**” resgata o aspecto “ambientalmente correto” como uma particularidade da agroecologia e, igualmente, como uma necessidade nada ideológica, mais uma tentativa de manter sua proposta legítima no campo de disputas. Assiste-se, repetitivamente, à disputa pela legitimação ou não da agroecologia, em outras palavras, de uma proposição diferenciada passível de engendrar um modelo de agricultura distinto.

De um lado, os endereçados ataques ao modelo de modernização e a tentativa de legitimar uma proposição vinculada a um modelo diferenciado. Na outra extremidade, a reafirmação de uma orientação produtivista, essência em um modelo de modernização, acompanhada da tentativa de apropriação da agroecologia, concomitante ao seu desmerecimento enquanto proposta estatal. A verdadeira disputa no campo tecnológico parece centrar-se, portanto, em torno do modelo de modernização da agricultura e de uma proposição encabeçada pela agroecologia.

Buscando uma conclusão

Guiando-se pelo objetivo maior de aproximação com a dinâmica do campo tecnocinético, apresentou-se a seqüência evolutiva dos discursos, destacando-se as estratégias passíveis de serem salientadas através destes, concomitantemente à constituição de posicionamentos distintos e concorrentes dentro do espaço de

disputas. O constante diálogo entre os distintos grupos possibilitou ressaltar a inegável interação entre as estratégias propostas pelos mesmos, reforçando o aspecto “dinâmico” do campo de disputas.

“Mau uso da técnica”, de um lado, “modelo de agricultura” de outro. Dominantes e dominados no campo, através da evolução de argumentos e a conseqüente constituição de estratégias, guiam-se, invariavelmente, pela tentativa de legitimar/afirmar suas proposições, ou seja, proposições englobadas no seu espaço de domínio dentro do campo tecnocientífico. A problemática ambiental, o “veículo” através do qual explora-se a dinâmica do campo tecnocientífico, passa, portanto, a assumir distintos contornos, coerentes com o espaço de domínio de seus propositores. Estrategicamente, os dominantes no campo privilegiam a associação entre a problemática ambiental e uma “realidade bem fria”, passível de ser contornada pela consagração de técnicas de menor impacto ambiental respaldadas pela “boa ciência”, definida como uma ciência neutra, a promotora legítima de verdades científicas. Definido o elemento central em uma problemática ambiental, a “realidade bem fria”, o grupo do “mau uso da técnica” apresenta alternativas de seu domínio, embasadas na “boa ciência”, para contorná-lo, visando garantir, assim, que sua legitimidade/autoridade no campo tecnocientífico não seja abalada. A evolução discursiva permite, portanto, o fortalecer da “boa ciência”, a principal arma dos representantes do “modelo de agricultura” no campo. Em oposição, os dominados no campo, ao abordarem a problemática ambiental, tentam exacerbar o elo entre um determinado modelo de desenvolvimento e esta “realidade bem fria”, destacando, assim, o caráter insustentável do mesmo. Exaltar uma ciência dotada de interesses, não neutra, constitui-se, igualmente, em uma tentativa de expandir uma correlação entre a “realidade bem fria” e a “boa ciência”, instância suprema, para seus opositores, do campo tecnocientífico. Pretendem, dessa forma, vincular o caráter insustentável do modelo de desenvolvimento à própria “boa ciência”. Assim, a problemática ambiental derivaria na “realidade bem fria”, tão cara a seus opositores, como uma conseqüência de um modelo baseado na “boa ciência”. Através de tais associações, os agentes do “modelo de agricultura” preparam-se para impulsionar a sua proposta, a agroecologia.

Quando a agroecologia entra em cena, os papéis se invertem. Se, em um primeiro momento, dominados no campo utilizaram-se da “realidade bem fria” para construir um cenário onde o modelo de modernização e a “boa ciência” estavam diretamente associados à degradação do meio físico, tornando-os, portanto, “insustentáveis”, é hora de os dominantes no campo aproveitarem-se da proposta agroecológica. Os agentes do “mau uso da técnica” direcionam suas estratégias para uma apropriação da agroecologia, resgatando e, conseqüentemente, objetivando fortalecer o seu arsenal. Para tanto, apresentam uma

agroecologia circunscrita a uma substituição no tipo de insumo utilizado, o que permite impulsionar a estratégia adicional de condicionar a legitimidade da agroecologia no campo tecnocientífico a uma aproximação com a “boa ciência”. Com tal intuito, apresenta e destaca como necessária a “validação de tecnologias”. Através desta, propicia-se a aproximação da agroecologia com a “boa ciência” e, em decorrência, com o espaço de domínio dos agentes representantes do “mau uso da técnica”. Estes agentes reforçam seus esquemas argumentativos exacerbando a distinção entre as instâncias de pesquisa e extensão e o chamado viés político-ideológico da proposta agroecológica em sua faceta de política pública. Do outro lado, o “modelo de agricultura” tenta afirmar sua proposta como uma alternativa passível de contornar a “realidade bem fria” desencadeada pelo modelo de modernização, este embasado na “boa ciência”, destacando, adicionalmente e de forma a garantir a legitimidade de sua proposição, o binômio agroecologia-ciência. Impulsionados por um capital político, e, portanto, externo ao campo tecnocientífico, os agentes do “modelo de agricultura” pretendem, através das facetas “ambientalmente correta” e “agroecologia, uma ciência”, salientando, assim, o caráter científico de sua proposição, garantir a legitimidade/autoridade da agroecologia no campo tecnocientífico.

Da evolução apresentada, observa-se que a problemática ambiental permite reforçar os dois grandes pólos opostos. Do lado dos dominantes, não é a incorporação de uma “preocupação ambiental” o elemento capaz de provocar o abalo de uma orientação produtivista e da supremacia da “boa ciência” como a instância promotora de legitimidade no campo tecnocientífico. Por sua vez, os opositores tentam se fazer valer da dimensão ambiental como mais um elemento a engrossar o seu arsenal de críticas ao modelo de modernização, bem como uma forma de impulsionar a visibilidade e legitimidade da agroecologia.

Estrategicamente, os dominantes orientam suas proposições pelo intuito de regular a entrada e legitimidade de capitais externos ao campo tecnocientífico. Exacerbando a “boa ciência” como instância promotora da legitimidade no espaço de disputas específico, pretendem garantir uma estrutura de distribuição de capital tecnocientífico que garanta a continuidade de seu destaque. Dominados no campo, por sua vez, impulsionados por seu quantum de capital político, esforçam-se por garantir a legitimidade de sua proposição central, a agroecologia, e, para tanto, ressaltam o binômio ciência-agroecologia. Duas são as frentes principais de ação destes agentes: por um lado, destacam o caráter científico da agroecologia, por outro, atacam a “boa ciência”, ou seja, uma ciência neutra, desprovida de interesses e promotora de “verdades científicas”. Esta oposição à “boa ciência” se faz, assim, exaltando a presença de interesses, destacando, conseqüentemente, a influência destes no campo tecnocientífico. Portanto, têm-se, em um dos pólos, as estratégias de conservação

que visam afunilar o caminho para a legitimidade no campo tecnocientífico e, na polaridade antagônica, as de subversão que pretendem expandir tais fronteiras, provocando o abalo da “boa ciência”. Expansão esta regulada pela doxa do campo, o que garante aos agentes a permanência de seu espaço legítimo de ação.

Pelo apresentado, o acesso ao campo tecnocientífico propiciado pela problemática ambiental, permite resgatar, no esquema argumentativo do “mau uso da técnica”, a centralidade da “boa ciência”. Por sua vez, os agentes do “modelo de agricultura” concentram seu arsenal em críticas a um modelo de desenvolvimento. Da imbricada relação existente entre as duas perspectivas, observa-se, no primeiro caso, o estratégico uso da ciência como instância de sustentação e promotora da legitimidade de determinado modelo de desenvolvimento – que em sua face “rural”, reafirma o destaque da dimensão econômica e de uma conseqüente orientação produtivista. Para tanto, apresenta-se uma ciência neutra, promotora de verdades científicas e desprovida de interesses. Já, os agentes do “modelo de agricultura” estruturam suas críticas ao modelo de desenvolvimento abraçado por seus opositores através da busca pela desmistificação de tal neutralidade científica. A disputa observada no campo tecnocientífico estabelece-se, portanto, pela forma de utilização da ciência na promoção/desmerecimento de modelos de desenvolvimento e, conseqüentemente, de sociedade.

Bibliografia

ALMEIDA, Jalcione. **Tecnologia “moderna” versus tecnologia “alternativa”: a luta pelo monopólio da competência tecnológica**. 275 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 1989.

ALMEIDA, Jalcione. Tecnologias agrícolas “alternativas”: nascimento de um novo paradigma? Ensaios FEE, vol.19, n.2, 1998. pp.116-131.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

ALTIERI, Miguel; ROSSET, Peter; THRUPP, Lori. **The potential of agroecology to combat hunger in the Developing World**. Disponível em: <<http://www.emater.the.br/docs/agroreco/artigos/agroecologia2.pdf>>. Acesso em 15 set. 2000

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983. pp. 124-155.(Sociologia, Grandes cientistas sociais – 39).

BOURDIEU, Pierre. **The forms of capital**. In: John G. Richardson (ed.). Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education. New York: Greenwood Press, 1986. pp. 241-258.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BUTTEL, Frederick H. Environmentalization: Origins, Processes, and Implications for Rural Social Change. **Rural Sociology**, Vol. 57, No. 1, Spring 1992.

BUTTEL, Frederick H. Environmental and Resources Sociology: Theoretical Issues and Opportunities for Synthesis. **Rural Sociology**, Vol. 61, No. 1. Spring 1996

CLARK, Judy & LOWE, Philip. Cleaning up Agriculture: Environment, Technology and Social Science. **Sociologia Ruralis**, v.32,n.1, 1992. pp.11-29.

FUCKS, Mario. Arenas de ação e debate públicos: conflitos ambientais e a emergência do meio ambiente enquanto problema social no Rio de Janeiro. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, Vol.41, nº 1, 1998, pp. 87 – 113.

FUCKS, Mario. Definição de agenda, debate público e problemas sociais: uma perspectiva argumentativa da dinâmica de conflito social. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 24., 2000, Petrópolis, Rio de Janeiro. 21 p.

FUCKS, Mario. **Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: a disputa em torno da definição de um novo problema público**. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/deciso/pessoal/mario>>. Acesso em 04 dez. 2000.

FUCKS, Mario. **Ciência e cultura: a formação do moderno no campo do saber**. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/deciso/pessoal/mario>>. Acesso em 04/ dez. 2000.

GUIVANT, Julia. Conflitos e negociações nas políticas de controle ambiental: o caso da suinocultura em Santa Catarina. **Ambiente e sociedade**, Ano I, N° 2, 1° semestre de 1998.

HILGARTNER, Stephen & BOSK, Charles. The rise and fall of social problems: a public arenas model. **American Journal of Sociology**, Vol. 94, Number 1, July 1988, pp. 53-78.

JOLLIVET, Marcel. “Agricultura e meio ambiente: reflexões sociológicas”. **Estudos Econômicos**, São Paulo, USP, vol. 24, n. especial, 1994. pp.183-198.

LATOUR, Bruno **Jamais fomos modernos. Ensaio de Antropologia Simétrica**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LATOUR, Bruno & WOOLGAR, S. A credibilidade científica. In: LATOUR, Bruno & WOOLGAR, S. **A vida de laboratório**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997. pp. 205-263.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LOWE, Philip. Industrial Agriculture and Environmental Regulation: a New Agenda for Rural Sociology. **Sociologia Ruralis**, v.32,n.1, 1992. pp.4-10.

REIJNTES, Coen; HAVERKORT, Bertus & WATERS-BAYER, Ann. **Agricultura para o futuro – uma introdução à agricultura sustentável e de baixo uso de insumos externos**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1994.

SOTO, William Héctor Gomes. A análise do discurso nas Ciências sociais. In: BAETA NEVES, Clarissa Eckert & CORRÊA, Máira Baumgarten (Orgs.). **Pesquisa social empírica: métodos e técnicas**. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 1998. pp. 161 – 187. (Cadernos de sociologia, v.9).

ZADÁN, Michael. Fundamentos sociofilosóficos da questão ambiental. **Estudos - Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: UFRJ, número 4, julho 1995. pp. 126-129.